

1.

Introdução

A presente dissertação visa realizar uma reflexão sobre a assessoria do Serviço Social nos Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro e se origina a partir da minha experiência profissional como assistente social de um Conselho Tutelar desde 2006.

A inserção dos assistentes sociais, enquanto funcionários públicos para comporem as equipes técnicas dos Conselhos Tutelares no Município do Rio de Janeiro, ocorreu em maio de 2003. Na Lei Municipal nº 3282 de 10 de outubro de 2001, que trata da implantação, estrutura, processo de escolha e funcionamento dos conselhos tutelares, é mencionado que a Secretaria Municipal de Assistência Social fornecerá o apoio técnico interdisciplinar para o regular exercício das funções desses conselhos, através de prestação de assessoria.

A Lei Municipal supracitada estabelece que os Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro devem ter a presença de equipes técnicas, compostas por assistentes sociais e psicólogos, que realizem o trabalho de assessoria aos conselheiros tutelares, em matéria de Serviço Social e Psicologia. Para realizar essa assessoria, podem ser utilizados vários recursos como: entrevista com os usuários, visita domiciliar, visita institucional, articulação da rede de serviços, reuniões etc.

Na resolução publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro de 9 de agosto de 2004, é citada a competência das equipes técnicas dos Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro.

De acordo com o Regimento Interno dos Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro, de 03 de fevereiro de 2006, compete “aos técnicos interdisciplinares”:

I – subsidiar o Conselho Tutelar nos assuntos de sua área de competência, levando-se em consideração a interdisciplinaridade do atendimento;

- II – prestar o atendimento com o técnico especializado;
- III – elaborar relatório técnico.

A assessoria do Serviço Social visa conhecer a situação atual das crianças e adolescentes em seu contexto familiar e sócio-econômico, nos casos de ameaça ou violação dos direitos, a fim de subsidiar as medidas protetivas a serem aplicadas pela autoridade competente do Conselho Tutelar. Além disso, essa assessoria se apresenta, muitas vezes, como forma de intervenção na busca da democratização dos direitos infanto-juvenis, não se restringindo ao atendimento ao usuário, mas se caracterizando também na articulação com a rede de serviços; na realização de levantamento e análise de dados, a fim de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas; na contribuição com o processo de qualificação e treinamento dos profissionais que atuam nos Conselhos Tutelares.

O trabalho no Conselho Tutelar se expressa também em embates e correlações de forças entre os Conselheiros Tutelares e a equipe técnica, exemplificando o que é destacado nas palavras de Faleiros (2001),

O Serviço Social se inscreve num contexto institucional de conflitos, de lutas, de jogos de poder e recursos, o que sempre tenho enfatizado, e participa da articulação de estratégias que variam de acordo com a perspectiva teórica e ideológica de seus atores, assim como das relações de poder das instituições (Faleiros, 2001: 77). É na correlação de forças que vão se abrir às possibilidades de ação, as oportunidades estratégicas de mudança (Faleiros, 2001: 59).

Nesse sentido, a assessoria do Serviço Social indica desafios na atuação profissional que requerem estudos e debates para melhoria dos serviços prestados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Há vários questionamentos quanto à assessoria prestada pelo Serviço Social aos Conselheiros Tutelares no que tange aos limites e possibilidades desse assessoramento, por isso é importante, entre outros aspectos, refletir sobre as demandas que são solicitadas para o assistente social e a forma de lidar com elas a fim de caracterizar essa assessoria. O tema ainda é pouco estudado e se concentra, principalmente, nas comunicações apresentadas nos Congressos e Conferências nas áreas de serviço social, assistência social, infância e juventude, especialmente no período de 2005

a 2008, e no Caderno de Assistência Social (2005), volume 2, publicado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

O problema básico de investigação da presente dissertação se volta para a discussão da importância dessa assessoria para a contribuição da efetivação dos direitos infanto-juvenis, tendo como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990). Nesse sentido, a pesquisa elege como **categorias centrais do debate**: Serviço Social, Conselho Tutelar, Assessoria, Espaço Público. O conceito referente ao Conselho Tutelar será exposto de acordo com algumas abordagens da literatura brasileira e compreendido enquanto espaço público na concepção de Hannah Arendt (2008). Ressalta-se que a teoria política de Hannah Arendt se apresenta como um importante referencial teórico para compreender a relevância da noção de espaço público democrático. O que pode contribuir com a própria atuação do assistente social inserido no Conselho Tutelar, revelando uma perspectiva de assessoria através de reflexões críticas com os usuários e com os conselheiros tutelares para além da característica “legalista” e da perspectiva imediatista dos atendimentos.

A discussão sobre a assessoria do Serviço Social também se pautou no atual projeto ético-político desta profissão através de uma leitura crítica da realidade e da importância de um trabalho profissional qualificado. Assim, foram indicadas algumas características da atuação do Serviço Social no Conselho Tutelar tendo como referencial o Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação da profissão (1993) e a literatura específica. A atuação do assistente social no Conselho Tutelar requer uma postura ética, capaz de formular e recriar as técnicas de assessoria; criatividade para inovar e transformar os embates em propostas a fim de evitar processos burocráticos e facilitar o acesso à informação e à participação, tendo como foco principal a garantia efetiva dos direitos infanto-juvenis.

Portanto, esta pesquisa buscou caracterizar a assessoria do Serviço Social nos Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro. Especificamente, se propôs a:

- caracterizar o perfil da demanda do Serviço Social dos Conselhos Tutelares, enfatizando os motivos para o atendimento e as possibilidades de intervenção;
- indicar alguns elementos sobre a especificidade do atendimento profissional;
- destacar as circunstâncias em que a assessoria do assistente social é realizada;
- mostrar os limites e os desafios da atuação profissional nos Conselhos Tutelares;
- indicar estratégias para melhoria dos serviços prestados.

O estudo foi realizado através da análise de entrevistas semi-estruturadas e em fonte documental primária. Foram entrevistadas assistentes sociais de sete Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro que aceitaram participar da pesquisa. A escolha pela entrevista semi-estruturada se baseia na busca pela liberdade do entrevistado em falar e manifestar suas opiniões de acordo com um roteiro (anexo 1), elaborado pelo pesquisador, que se apoia em temáticas referentes à atuação do Serviço Social na defesa dos direitos infanto-juvenis e no cotidiano do Conselho Tutelar. Segundo Minayo (1993:108), a técnica de entrevista semi-estruturada é aquela “onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”.

Para ampliar a compreensão da assessoria técnica do Serviço Social nos Conselhos Tutelares do Município do Rio de Janeiro, utilizamos como ilustração a leitura de documentos referentes a um Conselho Tutelar do município escolhido por apresentar no seu cotidiano diferentes estratégias de ação. Foi elaborado como instrumental, um roteiro de leitura (anexo 2), a fim de obter informações contidas nas fichas de atendimento que estão inseridas no arquivo da equipe técnica do referido Conselho Tutelar. O período estudado está compreendido entre novembro de 2008 e maio de 2009 (total de seis meses) com o objetivo de identificar a demanda de assessoria para os atendimentos dos assistentes sociais, os elementos específicos da atuação profissional e as propostas de medidas protetivas que foram registradas. Analisamos também as informações contidas no Livro de Registro da equipe técnica do mesmo Conselho, no período supracitado,

com o objetivo de identificar as demandas dos conselheiros para a assessoria que não se referem aos atendimentos diretos aos usuários. Esse Livro passou a ser utilizado, no referido Conselho Tutelar, a partir de novembro de 2008.

A realização da pesquisa exigiu um distanciamento crítico para evitar a “contaminação” da análise, já que somos assistentes sociais de um Conselho Tutelar, mas como diz Thiollent (1994):

Quando as pessoas estão fazendo alguma coisa relacionada com a solução de um problema seu, há condição de estudar este problema num nível mais profundo e realista do que no nível opinativo ou representativo no qual reproduzem apenas imagens individuais ou estereotipadas (Thiollent, 1994: 24).

Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa obteve a autorização do Centro de Capacitação da Política de Assistência Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Além disso, as assistentes sociais assinaram um Termo de Consentimento Livre (anexo 3) em que consta o objetivo da pesquisa e o compromisso de manter o sigilo da identificação das mesmas e dos Conselhos onde atuam.

A pesquisa ocorreu por aproximações sucessivas, de forma dinâmica, em um processo de avaliação constante de seus procedimentos e resultados na busca de assegurar atenção, ética e responsabilidade com a análise dos dados qualitativos e atender ao tempo de formação acadêmica.

A presente dissertação está composta por esta introdução, mais quatro capítulos e as considerações finais. Adotamos como lógica de exposição, a utilização dos referenciais teóricos relacionados às questões que perpassam pelo trabalho do Conselho Tutelar - CT, observadas no cotidiano da experiência profissional, e que pode influenciar diretamente na assessoria dos assistentes sociais. Esta lógica visou mostrar ao leitor algumas características do CT, ao longo dos três primeiros capítulos, que pudessem contribuir para o entendimento

da assessoria mostrada no último capítulo onde se apresenta a análise das entrevistas realizadas e dos documentos lidos.

O segundo capítulo descreve o Conselho Tutelar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a literatura contemporânea. Neste capítulo, é exposto um breve histórico da legislação infanto-juvenil no Brasil, considerando desde o Código de Menores de 1927 até o Estatuto da Criança e do Adolescente com a criação do Conselho Tutelar. São explicitados também as atribuições deste órgão e os equívocos no atendimento, além de sua inserção no Sistema de Garantia de Direitos.

O terceiro capítulo mostra uma reflexão sobre Conselho Tutelar, Estado, Sociedade Civil e Espaço Público. Primeiro, é apresentado um brevíssimo histórico sobre Estado e Sociedade Civil a fim de contribuir com a discussão da visão democrática de espaço público segundo a teoria arendiana (2008). Posteriormente são apresentados indicativos para o entendimento do Conselho Tutelar enquanto um espaço público em construção.

O quarto capítulo indica a atuação do Conselho Tutelar enquanto um órgão não executor de políticas públicas, mas que tem como uma das suas atribuições a requisição de serviços públicos e a proposição de políticas sociais na área da infância e juventude. Para compreender os desafios na execução desta atribuição, destaca-se a questão social, as políticas sociais e o terceiro setor no Brasil que influenciam a vida cotidiana das famílias atendidas pelo CT. Além disso, há reflexões sobre a importância da Política Nacional de Assistência Social para a promoção das famílias e como uma grande aliada ao CT na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Há também algumas considerações sobre os termos “situação de risco” e de “vulnerabilidade” expostos nesta Política e reflexões do uso destes termos por profissionais do Serviço Social em seus relatórios para indicar violação de direitos.

No quinto capítulo, são apresentados alguns referencias teóricos quanto à atuação da equipe técnica nos Conselhos Tutelares que contribuem também para a compreensão das informações colhidas em entrevistas com as assistentes sociais dos CT's do Município do Rio de Janeiro e em uma ilustração referente à atuação do Serviço Social num Conselho Tutelar do mesmo município.

No final, são feitas algumas considerações sobre a pesquisa realizada. É importante ressaltar que as reflexões sobre o tema *assessoria do Serviço Social no Conselho Tutelar* não se esgotam nesta dissertação, sendo relevante a realização de mais pesquisas na área.